



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

SETEMBRO/2010



JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

Maceió-AL, 29/09/2010

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Estrutura do Relatório de Gestão.....	4
Itens da Norma (DN TCU nº 100/2009, Anexo II) que não se Aplicam.....	4
Principais Realizações da Gestão no Exercício:.....	4
Planos e Projetos Concretos para o Exercício Seguinte.....	5

CONTEÚDO DO RELATÓRIO

Conteúdo Geral	6
Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.....	19
Manifestação acerca da observância às normas legais e regulamentares, pelos partidos políticos, na aplicação dos recursos que compõem o Fundo Partidário.....	19
Quantidade percentual das funções comissionadas e dos cargos em comissão ocupados por servidores integrantes das Carreiras Judiciárias da União, de acordo com os §§ 1º e 7º do art. 5º da Lei nº 11.416, de 15/12/2006	23
Considerações Finais.....	23

1. INTRODUÇÃO

1.1. Estrutura do Relatório de Gestão.

O conteúdo do presente relatório estrutura-se da seguinte maneira:

-Introdução: Expõe a visão geral do presente relatório, prestando informações complementares ao presente documento;

-Desenvolvimento do conteúdo: Relata os tópicos exigidos pelo Anexo II da Decisão Normativa n.º 100/2009, aplicáveis ao TRE-AL.

1.2. Itens da Norma (DN TCU nº 100/2009, Anexo II) que não se Aplicam à Realidade da Unidade.

Levando em consideração a descrição dos itens do aludido anexo, entende-se que não dizem respeito a este Órgão os seguintes pontos:

-Quanto ao Quadro A, os itens 7 a 10;

-Quanto ao Quadro B, os itens 2 a 5 (conforme indicação do Quadro A1, primeira linha após o cabeçalho);

-Quanto ao Quadro C, os itens 02 a 34 e os Quadros C1.

1.3. Principais Realizações da Gestão no Exercício:

1.3.1. Concurso Público:

Foi realizada contratação com a Fundação Carlos Chagas (Contrato n.º 38/2009) para prestação de serviços técnicos especializados de organização e aplicação das provas do concurso para o provimento de vagas (três) e formação do cadastro de reserva de cargos de pessoal do TRE-AL. O valor inicial da contratação foi de R\$1.300.000,00 para custeio através dos valores arrecadados mediante o pagamento da taxa de inscrição. O total de inscritos foi de 20.477 candidatos, considerando as inscrições válidas (dentro das exigências do edital), sendo 173 isentos.

1.3.2. Revisão Biométrica do Eleitorado:

Conforme autorizado pelo Tribunal Superior Eleitoral, com o objetivo de dar maior segurança ao voto informatizado, afastando a possibilidade de fraudes, foi realizada revisão biométrica de eleitorado nos municípios de Jaramataia, Branquinha, Rio Largo, Coité do Nóia, Quebrangulo, São Miguel dos Milagres, Maribondo e Igaci, ficando os municípios de Poço das Trincheiras, Chã Preta, Barra de Santo Antônio para 2010. Ressalte-se que inicialmente foi solicitada a revisão biométrica em um total de 15 municípios, podendo os remanescentes sofrerem revisão ainda neste ano.

1.3.3. Compra de imóvel para sediar Cartório Eleitoral:

Adquirimos um imóvel, na cidade de Porto Calvo-AL, com o objetivo de sediar o Cartório da 14ª Zona Eleitoral. O valor da compra foi de R\$65.000,00, devidamente avaliado pela Secretaria de Patrimônio da União.

1.3.4. Instituição de Diário de Justiça Eletrônico:

Através da Resolução n.º 14.980/2009, foi instituído o Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Alagoas, como instrumento de comunicação oficial, publicação e divulgação dos atos judiciais e administrativos e das comunicações em geral do TRE de Alagoas.

1.3.5. Instituição do Planejamento Estratégico da Justiça Eleitoral de Alagoas:

Por intermédio da Resolução n.º 14.992/2009 foi lançado o planejamento estratégico no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, para o período de 2010 a 2014, com a instituição de 16 objetivos estratégicos.

1.3.6. Realização de Eleições Suplementares:

Foram realizadas eleições suplementares, para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito nos seguintes municípios: ESTRELA DAS ALAGOAS, PORTO DE PEDRAS, PORTO REAL DO COLÉGIO e SÃO JOSÉ DA LAJE.

1.4. Planos e Projetos Concretos para o Exercício Seguinte

- 1.4.1. Promover a conscientização da importância do voto, por meio de ações continuadas de educação política e melhorar a qualidade do serviço de mesário.
- 1.4.2. Promover, com ênfase em anos eleitorais, a conscientização da importância do voto para os jovens eleitores.
- 1.4.3. Promover a conscientização da importância do voto por meio de ações continuadas de educação de adolescentes com idade entre 12 (doze) e 16 (dezesesseis) anos.
- 1.4.4. Implantar o Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos (SADP), que sistematiza e informatiza o andamento dos documentos e processos nas Zonas Eleitorais.
- 1.4.5. Garantir aos presos provisórios o direito constitucional de votar.
- 1.4.6. Contratar EX-PRESIDIÁRIOS, via terceirização de mão-de-obra, para trabalharem nos cartórios eleitorais e na Secretaria do Tribunal.
- 1.4.7. Estabelecer uma rotina de check-up médico anual.
- 1.4.8. Melhorar a linha de comunicação para viabilizar a utilização da tecnologia VOIP (Voz sobre IP).
- 1.4.9. Implementar o perfil de competências do Tribunal, aqui englobadas as necessárias e existentes.
- 1.4.10. Aprimoramento da gestão documental, com o estabelecimento de tabela de temporalidade, classificação de documentos, métodos de arquivamento e posterior digitalização dos documentos e processos.
- 1.4.11. Definição de modelo padrão de cartório eleitoral e forma a adequar todas os prédios (Secretaria e cartórios) às mais recentes necessidades institucionais.
- 1.4.12. Mapeamento e padronização dos processos internos. Este projeto tem por objeto o conhecimento das rotinas de trabalho e o estabelecimento de padrão para as atividades repetitivas.
- 1.4.13. Projeto Qualidade de vida. Tem por objeto estabelecer e difundir ideias de melhoria de qualidade de vida, bem como melhorar a relação com o meio ambiente.
- 1.4.14. Implantação do Banco de Boas Práticas, com o intuito de estabelecer a troca de experiências bem sucedidas entre as diversas unidades do Tribunal.
- 1.4.15. Projeto de Aperfeiçoamento de Política de Comunicação Interna e Externa, com o escopo de fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais,

fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições, bem como promover a cidadania.

- 1.4.16. Implantação de estágio de estudantes, com o objetivo de aproximar o cidadão ao TRE-AL e dar oportunidade aos jovens estudantes de ensino superior acerca de experiências e práticas relacionadas à sua formação.
- 1.4.17. Reestruturação organizacional e funcional do Tribunal. Tem por objeto conhecer detalhadamente as unidades administrativas que compõem o Tribunal e reestruturar o Órgão a partir desse levantamento, como também garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos.
- 1.4.18. Projeto de Rezoneamento Eleitoral, com o objetivo de proporcionar uma melhor distribuição dos municípios alagoanos em zonas eleitorais.
- 1.4.19. Projeto Orçamento Estratégico. Tem como objetivo garantir a aprovação dos projetos/ações em prazo suficiente para incluí-los no orçamento.

2. CONTEÚDO DO RELATÓRIO

2.1. Conteúdo Geral (QUADRO “A” - ANEXO II – DN TCU 100/2009).

2.1.1. Informações de Identificação da Unidade:

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Judiciário/Função essencial à Justiça			
Órgão de Vinculação: Tribunal Superior Eleitoral			Código SIORG: Não possui.
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.			
Denominação abreviada: TRE-AL.			
Código SIORG: Não possui.	Código LOA: 14103		Código SIAFI: 070011
Situação: Ativa.			
Natureza Jurídica: Órgão Público.			
Principal Atividade: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/JUSTIÇA			Código CNAE: 8423-0/00
Telefones/Fax de contato:	(082) 2122-7700	(082) 2122-7771 - FAX	-
Endereço eletrônico: faleconosco@tre-al.gov.br			
Página da Internet: http://www.tre-al.gov.br			
Endereço Postal: Praça Visconde de Sinimbu, s/n, Centro, Maceió-AL, CEP 57.020-720.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Decreto-lei Federal n.º 7.586, de 28 de maio de 1945.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas – Resolução TRE/AL n.º. 12.908, de 19/12/96 (publicada no DOE de 20/12/96; republicada no DOE de 24/04/97); Regulamento da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas – Resolução n.º. 12.738, de 18/03/1996 (DOE de 30/03/96); Membros do Pleno do Tribunal: Constituição Federal de 1988, art. 120, §§ 1º e 2º; Juízes Eleitorais: art. 32 do Código Eleitoral – Lei n.º 4.737/65, de 15 de julho de 1965; Promotores Eleitorais: art. 79 da Lei Complementar n.º 75, de 20/05/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União; Cargos da Secretaria do Tribunal: Leis n.º 6.082, de 10/07/1974; 7.372, de 24/09/1985; 7.645 de 18/12/1987; 8.868, de 14/04/1994; Lei n.º 11.202/2005; Resolução TRE-AL n.º 14.200/2006; Cargos dos Cartórios Eleitorais: Lei n.º 10.842/2004, Lei n.º 11.202/2005 e Resolução TRE-AL n.º 14.254/2006; Resolução TRE/AL n.º 14.137/2005 (alteração do regulamento); Resolução n.º 14.195/2006 (nova estrutura orgânica); Resolução n.º 14.425/2007(alteração do regulamento); Resolução n.º. 13.917/2003 (Escola Judiciária Eleitoral); Portaria da Presidência n.º 482/2003; Resolução n.º 14.624/2007 (alteração do regulamento); Resolução n.º 14.992/2009			

(Dispõe sobre o Planejamento Estratégico no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas no período de 2010 a 2014, e dá outras providências); Resolução n.º 14.980/2009 - Institui o Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Alagoas (DEJEAL) e dá outras providências; Resolução n.º 14.974/2009 - Dispõe sobre exclusão da especialidade de Telefonia do cargo de técnico Judiciário - Área Administrativa; Resolução n.º 14.967/2009 (Aprova alterações na denominação de unidades integrantes da Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas); Resolução n.º 14.954/2009 (Altera o art. 48 do Regimento Interno do Tribunal (Resolução TRE/AL n 12.908) e acrescenta o parágrafo único ao mesmo artigo); Resolução n.º 14.940/2009 (Regulamenta a licença para capacitação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas); Resolução n.º 14.926/2009 -Dispõe sobre a padronização dos procedimentos atinentes às prestações de contas partidárias anuais no âmbito da Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação e das Zonas Eleitorais do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas e dá outras providências; Portaria n.º 751/2007 (estabelece competências na utilização do sistema de cotação eletrônica); Portaria n.º 379/2007 (ordenador de despesas substituto – Autorização de Ordem Bancária Remota e Assinatura de Relação de Ordens Bancárias Externas); Portaria n.º 595/2007 (autorização ao Secretário de Administração de homologar Pregões no Sistema COMPRASNET) e Portaria n.º 723/2006 (Publicada no Diário Oficial de 21 de agosto de 2006); Portaria n.º 01/2010 – Coordenadoria de Controle Interno (Incluir no Anexo I da Ordem de Serviço n.º 04, de 16 de junho de 2010, que trata de suprimento de fundos, da Presidência deste Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas) Ordens de Serviço: 01/2009 - Presidência - Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas unidades administrativas do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas quando da requisição de apoio logístico e administrativo à Secretaria de Administração; 02/2009 – Presidência - Dispõe sobre a utilização dos veículos oficiais ou sob responsabilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, bem como sobre os procedimentos a serem adotados quando da ocorrência de sinistro; 03/2009 – Presidência - Adota medidas para que o Programa de Educação Ambiental seja desenvolvido como uma prática educativa integrada, contínua e permanente, relativamente ao uso racional dos recursos e no combate ao desperdício, visando ao processo de implementação da A3P; 04/2009 - Presidência - Determina, no âmbito da Justiça Eleitoral de Alagoas, a recusa quanto ao recebimento de citações, notificações e intimações judiciais em que a União seja interessada (autora, ré, assistente, oponente, recorrente ou recorrida) 05/2009 - Presidência - Dispõe sobre a substituição de funções comissionadas e de cargos em comissão, bem como sobre a convalidação de atos, no âmbito da Justiça Eleitoral em Alagoas; 06/2009 - Presidência - Dispõe sobre o encaminhamento de documentos recebidos no Serviço de Protocolo às unidades administrativas do Tribunal e adota outras providências; 08/2009 - Presidência Dispõe sobre fornecimento de arquivos de áudio das Sessões de Julgamento e dá outras providências; 01/2010 - Presidência - Disciplina o ressarcimento de despesa com transporte, nos deslocamentos em objeto de serviço, quando da utilização de meio próprio de locomoção, por magistrado ou servidor; 02/2010 - Presidência - Dispõe sobre a estimativa de preços para futuras aquisições de materiais de consumo ou permanente e contratações de serviços no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Alagoas; 03/2010 - Presidência - Dispõe sobre as medidas de movimentação, controle e responsabilidades de Bens deste Tribunal, revogando a OS n.º 07/2004; 04/2010 - Presidência - Dispõe sobre a concessão de suprimento de fundos, sua aplicação e comprovação, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas; 05/2010 - Presidência - Dispõe sobre a rotina de registro de inquéritos policiais no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas; 06/2010 - Presidência - Estabelece normas e procedimentos relativos ao trâmite das solicitações de autorização e de pagamento de serviço extraordinário, institui formulários próprios para esses fins, no âmbito deste Tribunal Regional Eleitoral, e dá outras providências.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Manual SIAFI; Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 2a. Edição.

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
70001	Tribunal Superior Eleitoral
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
70011	1

2.1.2. Informações sobre a Gestão Orçamentária da Unidade.

ITEM 2 DA PARTE "A" DO ANEXO II DA DN TCU Nº 100/2009

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS	14103	70011

Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 – Outras Despesas Correntes		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	41.808.473,00	48.869.063,00			7.051.171,00	8.199.532,00	
	PLOA	41.808.473,00	48.869.063,00			7.051.171,00	8.199.532,00	
	LOA	41.808.473,00	48.869.063,00			7.051.171,00	8.199.532,00	
CRÉDITOS	Suplementares	12.117.685,00	9.544.758,00			649.594,00	482.856,00	
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados	-	-142.000,00			-1.470.000,00	-331.625,00	
Outras Operações	2.466.348,60				2.779.688,00	201.837,50		
Total		56.392.506,60	58.271.821,00	-	-	9.010.453,00	8.552.600,50	

Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	48.859.644,00	57.068.595,00	2.253.124,00	1.611.359,00			
	PLOA	48.859.644,00	57.068.595,00	2.253.124,00	1.611.359,00			
	LOA	48.859.644,00	57.068.595,00	2.253.124,00	1.611.359,00			
CRÉDITOS	Suplementares	12.717.279,00	10.027.614,00	380.450,00	685.244,00			
	Especiais	Abertos						
		Reabertos						
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados	-1.470.000,00	-473.625,00	-1.135.451,00	-274.940,00			
Outras Operações	5.246.036,60	201.837,50	421.324,00	-				
Total		65.352.959,60	66.824.421,50	1.919.447,00	2.021.663,00			

Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6 – Outras Despesas de Capital		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	2.253.124,00	1.611.359,00					
	PLOA	2.253.124,00	1.611.359,00					
	LOA	2.253.124,00	1.611.359,00					
CRÉDITOS	Suplementares	8.000,00	400.244,00					
	Especiais	Abertos		200.000,00	85.000,00			
		Reabertos	237.450,00			85.000,00		
	Extraordinários	Abertos						
		Reabertos						
	Créditos Cancelados	-1.135.451,00	-274.940,00					
Outras Operações	421.324,00							
Total		1.784.447,00	1.936.663,00	85.000,00	85.000,00	-	-	

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou receptora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos	070001	02.122.0370.2272.0001	0,00	0,00	25.419,18
		070001	02.126.0370.2003.0001	0,00	0,00	128.250,00
	Recebidos	070011	02.061.0370.4269.0001	0,00	0,00	259.427,87
		070011	02.126.0370.2003.0001	0,00	0,00	100.172,30
		070011	02.126.0370.7832.0001	0,00	0,00	432.557,19
Externa	Concedidos					
	Recebidos					
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou receptora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos			0,00	0,00	0,00
	Recebidos			0,00	0,00	0,00
Externa	Concedidos			0,00	0,00	0,00
	Recebidos			0,00	0,00	0,00

Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação	3.767.653,78	2.260.477,54	2.820.223,07	1.611.816,48
Convite	11.295,00	-	2.430,00	
Tomada de Preços	579.484,43	98.900,78	17.263,46	54.036,67
Concorrência		-		
Pregão	3.176.874,35	2.161.576,76	2.800.529,61	1.557.779,81
Concurso		-		
Consulta		-		
Contratações Diretas	2.420.424,20	2.942.657,77	2.016.803,98	1.460.421,34
Dispensa	1.839.893,91	2.349.566,27	1.462.638,07	928.057,95
Inexigibilidade	580.530,29	593.091,50	554.165,91	532.363,39
Regime de Execução Especial	68.637,06	38.996,75	68.637,06	38.996,75
Suprimento de Fundos	68.637,06	38.996,75	68.637,06	38.996,75
Pagamento de Pessoal	60.438.254,97	61.841.164,70	60.397.037,10	61.805.645,21
Pagamento em Folha	59.874.747,29	61.504.220,33	59.833.529,42	61.468.700,84
Diárias	563.507,68	336.944,37	563.507,68	336.944,37
Outros				

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	56.277.077,62	58.052.857,37	56.273.672,37	58.025.148,00	3.405,25	23.508,53	56.273.672,37	58.026.702,76
319001	3.590.066,03	3.933.925,35	3.590.066,03	3.933.925,35			3.590.066,03	3.933.925,35
319003	1.387.328,09	1.428.296,03	1.387.328,09	1.428.296,03			1.387.328,09	1.428.296,03
319008	6.120,00	5.115,00	6.120,00	5.115,00			6.120,00	5.115,00
319011	38.085.357,21	42.459.959,27	38.085.357,21	42.440.651,58		19.307,69	38.085.357,21	42.438.005,50
319013	10.705,98	7.668,27	10.705,98	3.467,43		4.200,84	10.705,98	7.668,27
319016	2.547.934,74	618.426,33	2.544.529,49	618.426,33	3.405,25		2.544.529,49	618.426,33
319092	4.195.756,43	2.543.305,98	4.195.756,43	2.543.305,98			4.195.756,43	2.543.305,98
319113	6.079.294,20	6.785.210,00	6.079.294,20	6.781.009,16			6.079.294,20	6.781.009,16
319192	374.514,94	270.951,14	374.514,94	270.951,14			374.514,94	270.951,14
2 – Juros e Encargos da Dívida								
3- Outras Despesas Correntes	8.713.794,83	8.307.809,61	8.286.587,93	6.445.086,73	427.206,90	1.862.722,88	8.075.015,82	6.285.630,99
339008	283.415,58	288.285,59	283.415,58	288.285,59			283.415,58	288.285,59
339014	565.329,42	336.944,37	565.329,42	336.944,37			565.329,42	336.944,37
339030	722.766,24	487.580,95	606.223,01	280.599,03	116.543,23	206.981,92	588.994,49	262.848,90
339033	139.360,00	91.734,07	130.584,28	88.053,71	8.775,72	3.680,36	121.102,67	86.062,14
339035		2.782,00		2.782,00				2.782,00
339036	272.842,30	281.280,11	269.987,73	277.702,42	2.854,55	3.577,69	230.795,90	253.057,29
339037	1.033.300,05	700.468,98	1.011.422,52	686.144,11	21.877,53	14.324,87	863.380,04	608.840,73
339039	2.385.061,77	2.906.704,94	2.149.781,14	1.294.648,91	235.280,63	1.612.056,03	2.132.153,49	1.264.566,99
339046	1.702.760,05	1.720.632,79	1.702.760,05	1.720.632,79			1.702.760,05	1.720.632,79
339047	54,88	146,57	54,88	146,57			54,88	146,57
339049	221.681,31	226.322,96	221.681,31	226.322,96			221.681,31	226.322,96
339092	54.508,95	45.994,78	54.508,95	45.994,78			54.508,95	45.994,78
339093	1.264.158,94	1.174.915,13	1.226.346,32	1.165.610,17	37.812,62	9.304,96	1.226.346,32	1.157.926,56
339139	42.690,23	38.800,00	38.954,61	26.708,95	3.735,62	12.091,05	38.954,61	26.708,95
339147	24.578,23	2.935,07	24.251,23	2.229,07	327,00	706,00	24.251,23	2.229,07
339192	1.286,88	2.281,30	1.286,88	2.281,30			1.286,88	2.281,30

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	1.479.944,55	657.629,78	742.440,91	377.444,21	737.503,64	280.185,57	705.758,33	375.066,61
449051	579.484,43	58.904,11	17.263,46	14.040,00	562.220,97	44.864,11	17.263,46	14.040,00
449052	900.460,12	598.725,67	725.177,45	363.404,21	175.282,67	235.321,46	688.494,87	361.026,61
5 - Inversões Financeiras	224.153,01	65.000,00		65.000,00	224.153,01			65.000,00
459061	224.153,01	65.000,00		65.000,00	224.153,01			65.000,00
6 - Amortização da Dívida								

2.1.2.1. Demonstrativos de Execução Orçamentária por Programa de Governo:

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 02.122.0570.09HB.0027			Denominação: Contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores público federais – No Estado de Alagoas			
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
6.814.567,00	7.098.618,00	6.880.734,05	6.876.533,21	4.200,84	6.876.533,21	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	EXECUÇÃO DO PROGRAMA	31/12/2009	0,00%	96,93%	100%	96,93%
Fórmula de Cálculo do Índice: TOTAL/EXECUTADO/TOTAL/AUTORIZADO.						
Análise do Resultado Alcançado: A execução ocorreu dentro do previsto.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 02.306.0570.2012.0001		Denominação: Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados – Nacional				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.774.609,00	1.768.984,00	1.720.632,79	1.720.632,79		1.720.632,79	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
2	EXECUÇÃO DO PROGRAMA	31/12/2009	0,00%	97,27%	100%	97,27%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
TOTAL/EXECUTADO/TOTAL/AUTORIZADO.						
Análise do Resultado Alcançado:						
A execução ocorreu dentro do previsto.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 02.331.0570.2011.0001		Denominação: Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados – Nacional				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
242.438,00	237.140,00	226.322,96	226.322,96		226.322,96	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
3	EXECUÇÃO DO PROGRAMA	31/12/2009	0,00%	95,44%	100%	95,44%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
TOTAL/EXECUTADO/TOTAL/AUTORIZADO.						
Análise do Resultado Alcançado:						
A execução ocorreu dentro do previsto.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 09.272.0089.0396.0001		Denominação: Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
4.844.824,00	5.366.482,00	5.365.384,50	5.365.384,50		5.365.384,50	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
4	EXECUÇÃO DO PROGRAMA	31/12/2009	0,00%	99,98%	100%	99,98%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
TOTAL/EXECUTADO/TOTAL/AUTORIZADO.						
Análise do Resultado Alcançado:						
A execução ocorreu dentro do previsto.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 02.122.0570.2272.0001		Denominação: Gestão e Administração do Programa – Pessoal				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
41.715.157,00	50.573.206,00	50.419.306,82	48.717.866,19	1.701.440,63	48.570.703,08	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
5	EXECUÇÃO DO PROGRAMA	31/12/2009	0,00%	99,70%	100%	99,70%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
TOTAL/EXECUTADO/TOTAL/AUTORIZADO.						
Análise do Resultado Alcançado:						
A execução ocorreu dentro do previsto.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 02.128.0570.4091.0001		Denominação: Capacitação de Recursos Humanos - Nacional				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
325.000,00	295.000,00	282.122,94	282.122,94		282.122,94	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
6	EXECUÇÃO DO PROGRAMA	31/12/2009	0,00%	95,63%	100%	95,63%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
TOTAL/EXECUTADO/TOTAL/AUTORIZADO.						
Análise do Resultado Alcançado:						
A execução ocorreu dentro do previsto.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 02.061.0570.4269.0001		Denominação: Pleitos Eleitorais – Nacional				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
53.551,93	53.551,93	53.199,08	49.853,19	3.345,89	49.853,19	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
7	EXECUÇÃO DO PROGRAMA	31/12/2009	0,00%	99,34%	100%	99,34%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
TOTAL/EXECUTADO/TOTAL/AUTORIZADO.						
Análise do Resultado Alcançado:						
A execução ocorreu dentro do previsto.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 02.122.0570.2272.0001		Denominação: - Gestão e Administração do Programa - Nacional (UO 14101 – TSE)				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
0,00	-2.619,18	0,00	-	-	-	-
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
8	EXECUÇÃO DO PROGRAMA	31/12/2009	0,00%	0,00%	100%	0,00%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
TOTAL/EXECUTADO/TOTAL/AUTORIZADO.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Passagens aéreas adquiridas pelo TSE, ocorrendo descentralização de recursos.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 02.126.0570.7832.0001		Denominação: Implantação do Sistema de Automação – Nacional				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
76.382,45	76.382,45	76.382,45	61.875,95	14.506,50	54.084,04	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
9	EXECUÇÃO DO PROGRAMA	31/12/2009	0,00%	100,00%	100%	100,00%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
TOTAL/EXECUTADO/TOTAL/AUTORIZADO.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Valor executado dentro da previsão.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 02.122.0570.5439.0383		Denominação: Construção de Cartórios Eleitorais – No município de Arapiraca - AL				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
736.419,00	1.136.663,00	0,00	0,00		0,00	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
10	EXECUÇÃO DO PROGRAMA	31/12/2009	0,00%	0,00%	100%	0,00%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
TOTAL/EXECUTADO/TOTAL/AUTORIZADO.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Houve incompatibilidade do valor da obra, orçado após a conclusão do projeto, cuja correção não ocorreu em tempo hábil para o lançamento da licitação.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 02.122.0570.5439.1130		Denominação: Construção de Cartórios Eleitorais – No município de São Miguel dos Campos - AL				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
274.940,00		0,00	0,00	0,00		0,00
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
11	EXECUÇÃO DO PROGRAMA	31/12/2009	0,00%	0,00%	100%	0,00%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
TOTAL/EXECUTADO/TOTAL/AUTORIZADO.						
Análise do Resultado Alcançado:						
O valor foi oferecido para efeito de contingenciamento orçamentário, devido aos limites impostos ao Poder Judiciário, especialmente a Justiça Eleitoral.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 02.363.0370.2010.0001		Denominação: Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - Nacional				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
294.000,00	301.161,00	289.975,76	289.975,76			289.975,76
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
12	EXECUÇÃO DO PROGRAMA	31/12/2009	0,00%	96,29%	100%	96,29%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
TOTAL/EXECUTADO/TOTAL/AUTORIZADO.						
Análise do Resultado Alcançado:						
A execução ocorreu dentro do previsto.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 02.301.0570.2004.0001		Denominação: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores e Empregados – Nacional				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
888.000,00	1.042.993,00	1.042.980,43	1.042.980,43			1.042.980,43
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
13	EXECUÇÃO DO PROGRAMA	31/12/2009	0,00%	100,00%	100%	100,00%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
TOTAL/EXECUTADO/TOTAL/AUTORIZADO.						
Análise do Resultado Alcançado:						
A execução ocorreu dentro do previsto.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 02.126.0570.2003.0001		Denominação: - Ações de Informática – Nacional				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
770.000,00	513.330,00	502.158,57	204.271,86	297.886,71		194.747,46
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
14	EXECUÇÃO DO PROGRAMA	31/12/2009	0,00%	97,82%	100%	97,82%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
TOTAL/EXECUTADO/TOTAL/AUTORIZADO.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Valor executado dentro da previsão.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 02.126.0570.2003.0001		Denominação: - Nacional – Backbone Secundário (TSE)				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
0,00	100.172,30	100.172,30	0,00	100.172,30		0,00
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
15	EXECUÇÃO DO PROGRAMA	31/12/2009	0,00%	100,00%	100%	100,00%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
TOTAL/EXECUTADO/TOTAL/AUTORIZADO.						
Análise do Resultado Alcançado:						
A execução ocorreu dentro do previsto.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 02.122.0570.7217.1410		Denominação: Aquisição de imóvel para Cartório Eleitoral - No município de Porto Calvo - AL				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
R\$ 85.000,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00			65.000,00
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
16	EXECUÇÃO DO PROGRAMA	31/12/2009	0,00%	100,00%	100%	100,00%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
TOTAL/EXECUTADO/TOTAL/AUTORIZADO.						
Análise do Resultado Alcançado:						
O valor foi reduzido devido à avaliação do imóvel pela Secretaria de Patrimônio da União (A proposta inicial de venda foi de 85.000,00). A sobra foi comunicada tempestivamente ao TSE, nos relatórios de avaliação orçamentária, encaminhados no decorrer do exercício.						

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 02.122.0570.5439.5399		Denominação: - Construção de Cartórios Eleitorais – No município de Palmeira dos Índios - AL				
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
0,00	200.000,00	58.904,11	14.040,00	44.864,11		14.040,00
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
17	EXECUÇÃO DO PROGRAMA	31/12/2009	0,00%	29,45%	100%	29,45%
Fórmula de Cálculo do Índice:						
TOTAL/EXECUTADO/TOTAL/AUTORIZADO.						
Análise do Resultado Alcançado:						
A execução decorreu das medições. A obra necessitou de novas avaliações técnicas, ocorrendo inclusive aditivos.						

2.1.2.2. Execução física das ações realizadas.

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2010
Judiciária	Atenção básica	0570	Assistência Méd. E Odontol.	Atividade		Pessoa beneficiada	718	738	738
Judiciária	Educação infantil	0570	Ass ist. Pre- esco lar	Atividade		Criança atendida	72	75	77
Judiciária	Alimentação e Nutrição	0570	Auxílio-Alimentação aos serv.	Atividade		Serv. Benefic.	302	298	301
Judiciária	Proteção e benefícios ao trab.	0570	Aux. Transporte	Atividade		Serv. Benefic.	58	61	62
Judiciária	Formação de recursos humanos	0570	Capacitação de Recursos Humanos	Atividade		Serviço r Capacitado	343	437	312
Previdência Social	Previdência do regime estatutário	0089	Pagamento de aposentadorias e pensões	Operações especiais		Pessoa beneficiada	31	33	29

*Obs.: As demais ações não relacionadas na tabela ou não possuem execução física prevista na LOA, ou não tiveram execução em 2009 (vide justificativas no subitem anterior).

2.1.3. Informações sobre recursos humanos da unidade.

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	Σ=478	Σ=494	Σ=N.I.*
Próprios	287	291	-
Requisitados	191	203	-
Celetistas	-	-	-
Cargos de livre provimento	Σ=30	Σ=30	Σ=N.I.
Estatutários	24	24	
Não Estatutários	6	6	
Terceirizados	62	-	-
Total	570	524**	-

Obs.: *N.I. - Não informado; **Sem informação sobre terceirizados.

QUADRO PRÓPRIO								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações		
Estatutários (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	286	R\$ 20.187.831,40	-	R\$ 3.243.378,48	R\$ 471.270,74	R\$ 2.283.235,39		
2008	289	R\$ 24.026.801,49	-	R\$ 4.062.674,41	R\$ 765.761,73	R\$ 2.901.722,53		
2009	287	R\$ 27.237.777,84	-	R\$ 3.375.534,58	R\$ 1.177.108,48	R\$ 2.609.170,60		
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)								
2007	-	-	-	-	-	-		
2008	-	-	-	-	-	-		
2009	-	-	-	-	-	-		
Cargo de Provimento em Comissão ou de Natureza Especial (sem vínculo)								
2007	4	-	-	R\$ 365.244,71	-	R\$ 34.794,65		
2008	4	-	-	R\$ 369.084,19	-	R\$ 39.046,70		
2009	4	-	-	R\$ 440.222,64	-	R\$ 27.548,14		
Requisitados com ônus para a UJ								
2007	14	-	-	R\$ 292.339,16	-	R\$ 18.475,95		
2008	8	-	-	R\$ 211.912,84	-	R\$ 18.215,40		
2009	8	-	-	R\$ 378.166,20	-	R\$ 17.629,92		
Requisitados sem ônus para a UJ								
2007	33	-	-	-	-	R\$ 94.149,59		
2008	30	-	-	-	-	R\$ 103.761,56		
2009	30	-	-	-	-	R\$ 76.978,22		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	34	R\$ 504.289,95	13	R\$ 146.148,12				
2008	38	R\$ 553.945,40	13	R\$ 176.872,50				
2009	40	R\$ 603.623,10	22	R\$ 236.127,20				

2.1.3.1. Indicadores gerenciais de recursos humanos.

Por intermédio da Resolução n.º 14.992/2009 deste TRE-AL (de 17/12/2009), foram estabelecidos os seguintes indicadores, ainda que não tenham sido efetivadas suas medições:

- **CARTÓRIOS COM QUANTITATIVO ADEQUADO DE SERVIDORES:** Mede o percentual de cartórios eleitorais com quantitativo de servidores aderente ao padrão definido, para que medir a adequação dos quadros efetivos dos cartórios e subsidiar redistribuição ou criação de cargos.

- **ÍNDICE DE REQUISITADOS NO TRE-AL:** Mede o percentual de servidores requisitados em Cartórios e no Tribunal Regional Eleitoral, para avaliar a adequação da proporcionalidade da força de trabalho requisitada à disposição do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas.

- **CLIMA ORGANIZACIONAL:** Mede a percepção do corpo funcional quanto às dimensões que causem impacto na motivação e produtividade no trabalho, para subsidiar melhorias e ações corretivas nas dimensões que causam impacto negativo e maximizar as que causam efeito positivo.

- **CAPACITAÇÃO NAS COMPETÊNCIAS ORGANIZACIONAIS:** Mede o grau de prontidão dos servidores com relação às competências necessárias à estratégia do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, para avaliar a necessidade de capacitação.

2.1.4. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos:

- Não ocorreu no exercício de 2009.

2.1.5. Informações sobre a inscrição de Restos a Pagar no exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

Restos a Pagar – Exercício de 2009.

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	248.254,69	-	167.611,81	80.642,88
2007	68.726,94	-	400	68.326,94
2006	69.061,94	-	-	69.061,94
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	1.392.268,80	67.357,01	797.040,60	527.871,19
2007	746.626,72	132.897,63	235.151,82	378.577,27
2006	-	-	-	-
Observações:				

2.1.6. Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres, bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição

- Não ocorreram no exercício de 2009.

2.1.7. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício :

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	021.566/2006-0	0061-03/09-PL	9.3	RE	081/2009-TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Órgãos da Justiça Eleitoral, STF, STJ, TST, TSE e STM					
Descrição da Deliberação:					
Recomendar aos demais Órgãos da Justiça Eleitoral, bem como à administração do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho, do Tribunal Superior Eleitoral e do Superior Tribunal Militar que procedam à correção da vantagem pecuniária individual da Lei nº 10.698, de 2003, incluída nas aposentadorias e pensões civis que detêm paridade e são pagas proporcionalmente, de forma que tal parcela seja paga de acordo com a proporção dos proventos.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Coordenadoria de Pessoal - COPES					
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
A partir da folha de pagamento de fevereiro/2009, as aposentadorias e pensões civis que detêm paridade e são pagas proporcionalmente, sofreram correção quanto a vantagem pecuniária individual da Lei nº 10.698, de 2003, passando tal parcela a ser paga de acordo com a proporção dos proventos.					
Síntese dos resultados obtidos					
No caso específico, a vantagem individual da Lei nº 10.698, de 2003, deixou de ser paga na integralidade, sofrendo a devida redução para se adequar a proporção devida dos proventos.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
O Acórdão foi publicado no DOU em data de 02/02/2009, a comunicação a este Regional foi realizada em curto lapso de tempo, em data de 09/02/2009, através da Unidade de Controle Interno, o que viabilizou a tomada de providências em tempo hábil, não ocorrendo longo transcurso de prazo entre a publicação do Acórdão do TCU e a efetivação da medida recomendada.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas					
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	019.779/2005-4	2233-13/09-2	9	CI	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas					
Descrição da Deliberação:					
9.1. conhecer dos pedidos de reexame interpostos pelas Sras. Josefa Cilene Cavalcante (CPF 103.890.834-53) e Maria Lúcia Valente de Lima (CPF 002.280.604-00) para, no mérito, dar-lhes provimento;					
9.2. conferir ao subitem 9.1 do Acórdão nº 2861/2006-TCU-2ª Câmara a seguinte redação:					
"9.1. considerar legais as concessões iniciais e alterações de aposentadoria em favor de Josefa Cilene Cavalcante (CPF 103.890.834-53) e Maria Lúcia Valente de Lima (CPF 002.280.604-00), e ordenar o registro dos atos constantes, respectivamente, às fls. 07/11, 12/17, 18/22 e 23/28"					
9.3. tornar insubsistente o subitem 9.3.1. do Acórdão nº 2861/2006-TCU-2ª Câmara;					
9.4 manter inalterados os demais termos do Acórdão nº 2861/2006-TCU-2ª Câmara; e					

9.5 dar ciência deste Acórdão, bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Alagoas - TRE/AL e às interessadas constantes no item 3 supra	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Coordenadoria de Pessoal - COPES	
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:	
Foi mantida a estrutura dos proventos de aposentadoria em face da decisão proferida pelo TCU ao apreciar pedido de reexame.	
Síntese dos resultados obtidos	
Inalteração da situação dos servidores inativos relacionados.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
A definição da matéria pacificou e delimitou o entendimento a ser seguido.	

2.1.8. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão (Item 12 da Parte “A”, Anexo II, DN TCU n.º 100/2009).

Os atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão foram encaminhados ao TCU, sendo que dois diretamente pelo SISACNET e outros dois por meio da Coordenadoria de Controle Interno, mediante exame, conforme rol abaixo:

Tipo de Ato	Nome	CPF
Desligamento	José Guido do Rêgo Santos Neto	059.559.014-42
Desligamento	Roberto Alcântara de Oliveira Araújo	009.106.794-44
Desligamento	Clever Farias de Oliveira Filho	003.252.975-92
Desligamento	Carlos Roberto dos Santos Filho	024.112.467-06

2.1.9. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV:

<p>Declaração</p> <p>Declaro, para os devidos fins, em especial para os fins do disposto no Anexo II da DN TCU n° 100/2009, que as informações referentes a todos os contratos firmados em 2009 estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei n° 11.768, de 14 de agosto de 2008. O referido é verdade e dou fé.</p> <p>Maceió, 25 de setembro de 2010.</p> <p>Cláudia Maria Teixeira Moreira Ramalho Coordenadora de Material e Patrimônio</p>

2.2. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão (Item 1 da Parte “B”, Anexo II, DN TCU n.º 100/2009):

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa: UJ			Código da UG:
Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas			070011
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão. , EXCETO no tocante aos:</p> <p>a) bens registrados na conta 1.4.2.1.0.00.00 - Ativo Imobilizado, uma vez que o inventário anual 2009 ainda não foi concluído, apresentando em seu relatório final pendências a serem apuradas por este Regional</p>			
Local	Maceió-AL	Data	20 de agosto de 2010
Contador Responsável	Lisiana Teixeira Cintra	CRC nº	6880/P - AL

2.3. Manifestação acerca da observância às normas legais e regulamentares, pelos partidos políticos, na aplicação dos recursos que compõem o Fundo Partidário (Item 1 da Parte “C”, Anexo II, DN TCU n.º 100/2009):

1. INFORMAÇÕES SOBRE FUNDO PARTIDÁRIO

1.1. Exercício 2007

PARTIDO	RESPONSÁVEL		VALOR(R\$)	PROCESSO	SITUAÇÃO	
	NOME	CARGO			RESOLUÇÃO	DECISÃO
PMDB	José Renan V. Calheiros	Presidente	277.735,68	3021/2008	14.789/2008	Aprovação com ressalvas
	José Wanderley Neto	Tesoureiro				
PP	Benedito de Lira	Presidente	120.000,00	02/2008	14.963/2009	Aprovação
	Edinilton Lins Macedo	Tesoureiro				
PSB	Kátia Born	Presidente	106.216,89	30/2008	-	Tramitando
	Jorge Brizenno Torres	Sec. Finanças				
PSDB	Alexandre Toledo	Presidente	171.512,08	06/2008	15.003/2010	Aprovação com ressalvas
	Edival Gaia Filho	Sec. Finanças				
PT	Paulo José F. dos Santos	Presidente	44.917,21	03/2008	14.977/2009	Aprovação com ressalvas
	José Paulo B. Nunes	Tesoureiro				
PTB 1º/01 a	João José Pereira de Lyra	Presidente	36.400,00	10/2008	14.966/2009	Aprovação com ressalvas

12/06/2007	Antônio Arnaldo B. Cansanção	Tesoureiro				
13/06/07 a 20/05/08	Fernando Afonso C. de Melo	Presidente				
	Eraldo Firmino de Oliveira	Tesoureiro				
PSOL	Mário Agra Júnior	Presidente	38.586,78	04/2008	14.958/2009	Aprovação com ressalvas
	Rosa Medeiros P. de Almeida	Tesoureira				
PR	João Caldas	Presidente	72.612,00	08/2008	14.987/2010	Aprovação
DEM	José Thomaz da S. Nonô Neto	Presidente	160.000,00	3019/2008	14.953/2009	Aprovação
	Edivaldo Neiva Pires	Tesoureiro				
PRB	Euclides Affonso de Mello Neto	Presidente	12.307,00	25/2008	14.902/2009	Aprovação com ressalvas
	Alan Fabianny Martins	Tesoureiro				

1.2. Exercício 2008

PARTIDO	RESPONSÁVEL		VALOR(R\$)	Nº PROCESSO	SITUAÇÃO	
	NOME	CARGO			ACÓRDÃO/RE SOLUÇÃO	DECISÃO
PMDB	José Renan V. Calheiros	Presidente	339.527,57	39/2009	-	Tramitando
	José Wanderley Neto	Tesoureiro				
PSDB	Alexandre Toledo	Presidente	434.981,20	40/2009	6631/2010	Aprovação
	Manoel Costa Tenório	Sec. Finanças				
PP	Benedito de Lira	Presidente	170.000,00	37/2009	15.048/2010	Aprovação com ressalvas
	Ana Lúcia Barros de Jesus	Tesoureiro				
PR	Maurício Quintella Malta Lessa	Presidente	55.700,39	45/2009	15.042/2010	Aprovação com ressalvas
	José Rogério Casado dos Santos	Primeiro tesoureiro				
PSOL	Mário Agra Júnior	Presidente	37.647,85	35/2009	14.995/2010	Aprovação
	Rosa Medeiros P. de Almeida	Tesoureiro				
PPS	José Regis Barros Cavalcante	Presidente	70.000,00	43/2009	15.039/2010	Aprovação com ressalvas
	Antônio Carlos Cavalcante	Sec. Finanças				
PT	Ricardo José Maroni valença	Presidente	55.121,72	38/2009	-	Tramitando
	José Paulo Bezerra Nunes	Sec. Finanças				
DEM	José Thomaz da S. Nonô Neto	Presidente	160.000,00	33/2009	15.014/2010	Aprovação com ressalvas
	Edivaldo Neiva Pires	Tesoureiro				

1.3. Exercício 2009

PARTIDO	RESPONSÁVEL		VALOR(R\$)	Nº PROCESSO	SITUAÇÃO	
	NOME	CARGO			ACÓRDÃO	DECISÃO
PMDB	José Renan V. Calheiros	Presidente	392.108,32	260-68	-	Tramitando
	José Wanderley Neto	Tesoureiro				
PSDB	Alexandre Toledo	Presidente	211.497,52	269-30	-	Tramitando
	Manoel Costa Tenório	Sec. Finanças				
PP	Benedito de Lira	Presidente	255.000,00	271-97	-	Tramitando
	Ana Lúcia Barros de Jesus	Tesoureiro				
PSOL	Mário Agra Júnior	Presidente	33.140,73	235-55	-	Tramitando
	Rosa Medeiros P. de Almeida	Tesoureiro				
PPS	José Regis Barros Cavalcante	Presidente	30.000,00	280-59	-	Tramitando
	Antônio Carlos Cavalcante	Sec. Finanças				
PT	Ricardo José Maroni valença	Presidente	9.174,98	272-82	-	Tramitando
	José Paulo Bezerra Nunes	Sec. Finanças				
DEM	José Thomaz da S. Nonô Neto	Presidente	162.000,00	232-03	-	Tramitando
	Edivaldo Neiva Pires	Tesoureiro				
PV	Sandra do Carmo de Menezes	Presidente	58.009,28	273-67	-	Tramitando
	Cristiane Chaves Correia	Sec. Finanças				
PTB	Fernando A. Collor de Mello	Presidente	14.400,00	290-06	-	Tramitando
	Eraldo Firminode Oliveira	Tesoureiro				
PSB	Kátia Born Ribeiro	Presidente	8.000,00	292-73	-	Tramitando

1.4. Informações diversas

Por oportuno, informamos a Vossa Senhoria que, após previa análise dos valores informados pelo TSE, referente ao exercício de 2009, e os apresentados nas prestações de contas das agremiações partidárias, em Alagoas, verificamos divergência, que já fora relatada ao Tribunal Superior Eleitoral, qual seja:

Partido	Dir. Nacional	Dir. Regional	Diferença
PSB	8.000,00	-	8.000,00

2. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

2.1. Instauradas

PARTIDO	RESPONSÁVEL		DATA INSTAURAÇÃO	Nº PROCESSO	VALOR(R\$)
	NOME	CARGO			
PR/2006	João Caldas da Silva	Presidente	31/05/10	5337/2010	66.551,60

2.2. Outras informações

PARTIDO	EXERCÍCIO	PROCESSO	LOCAL	SITUAÇÃO	DOCUMENTO	VALOR(R\$)
PMDB	2000	1468/2007	TCU	JULGADO -TCU	AC. 4537/2008 1ª CAMARA ¹	121.570,30
PDT	2000	9676/2008	TCU	JULGADO- TCU	AC. 1500/2010 2ª CÂMARA	17.346,85
PDT	2004	9675/2008	TCU	TRAMITANDO-TCU	-	50.155,43
PSB	2004	1770/2009	TCU	TRAMITANDO-TCU	-	100.489,80
PSB	2005	3993/2009	TCU	TRAMITANDO-TCU	-	86.265,00
PSB	2006	3864/2009	TCU	TRAMITANDO-TCU	-	221.090,90

3. Legenda

SIGLA	PARTIDO
PFL	PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
DEM	DEMOCRATAS
PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
PT	PRTIDO DOS TRABALHADORES
PSB	PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PRB	PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO
PR	PARTIDO DA REPUBLICA
PP	PARTIDO PROGRESSISTA
PSOL	PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
PTB	PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO
PPS	PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Maceió, 20 de Agosto de 2010.

Adriana Felícia Silva Freire
Cf. Seção de Contas Eleitorais e Partidárias

¹ Inscrição no CADIN, conforme orientação TCU/Secex/AL.

2.4. Quantidade percentual das funções comissionadas e dos cargos em comissão ocupados por servidores integrantes das Carreiras Judiciárias da União, de acordo com os §§ 1º e 7º do art. 5º da Lei nº 11.416, de 15/12/2006 ((Item 6 da Parte “C”, Anexo II, DN TCU n.º 100/2009).

Total de Funções Comissionadas	Quantidade Ocupada por Integrantes das Carreiras	Percentual de Ocupação
116	110	94,83%
Total de Cargos em Comissão	Quantidade Ocupada por Integrantes das Carreiras	Percentual de Ocupação
30	24	80,00%

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que o exame deste relatório permite-nos chegar à conclusão de que as atividades orçamentárias, financeiras e administrativas, realizadas ao longo de 2009 pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, tiveram por norte a estrita observância aos paradigmas institucionais definidos no art. 37 da Constituição Federal.

Os dados coletados para a feitura do presente instrumento tiveram origem nos procedimentos administrativos levados a termo no exercício de referência, os quais se encontram devidamente arquivados e à inteira disposição para auditoria interna e externa pelos Órgãos e Unidades competentes.

Concluindo, acreditamos que a gestão desenvolveu-se de forma eficiente, permitindo que a Justiça Eleitoral tenha cumprido com o seu dever institucional para com o Estado de Alagoas e o País.

Maceió - AL, 29 de setembro de 2010.

Desembargador Estácio Luiz Gama de Lima
PRESIDENTE